

MINUTA DA RESOLUÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O 59º CONEG CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Na primeira década do século XXI, junto a toda a América Latina, o Brasil construiu uma contínua agenda progressista. Através dos governos populares foram criadas as principais políticas educacionais que ampliaram significativamente o número de vagas no ensino superior brasileiro e que também democratizaram o acesso da universidade às classes populares, alterando profundamente o perfil universitário no país: o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Novo Enem, o Sistema de Seleção Unificado (SISU), e a mais significativa de todas, a Lei de Cotas, o ProUni e o novo Fies, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

As consequências do golpe de 2016 e do governo Bolsonaro no Brasil sucedem em um cenário de fome, desindustrialização e aprofundamento da financeirização da economia, desemprego e o desmonte total do Estado nacional, principalmente sobre a educação, a ciência e a pesquisa. Em meio a maior crise sanitária, social e econômica que nosso país já viveu, as Universidades tiveram que resistir para continuarem existindo e contribuindo com a sociedade. Mesmo sob constantes cortes de verbas, intervenções em sua autonomia e ausência do MEC na coordenação da crise. As instituições de ensino não pararam em nenhum momento na sua missão de, por meio da ciência e da tecnologia, encontrar saídas para o momento que atravessamos. Com as pesquisas para o desenvolvimento da vacina e de diversas medidas de combate à Covid-19, produção e doação de equipamentos aos hospitais e até mesmo o atendimento direto à população através dos hospitais universitários, as universidades mostraram sua importância para a nação neste momento tão adverso e o seu potencial para contribuir com os desafios da sociedade de maneira ampla.

Os estudantes mais pobres, jovens mulheres, trabalhadores, negros e negras, indígenas e LGBTQIA+ foram os que mais sentiram o impacto da crise na educação superior, tendo que enfrentar as dificuldades de permanência nas universidades tendo sido os principais grupos a evadir do ensino superior. O desmonte de Bolsonaro na educação representou um ataque central ao desenvolvimento e à soberania nacional. Acreditamos que no processo de reversão de todos os males impostos durante os quatro anos sob a direção do neofascismo entreguista, a universidade e educação são elementos centrais do projeto de reconstrução nacional através de um amplo debate nacional impulsionado pela frente de massas que é o movimento estudantil.

Como aponta Florestan Fernandes, pensar a Reforma Universitária é sobretudo “refletir, cultural, pedagógica e politicamente, em termos do último quartel do século XX – romper com o passado e pensar criadoramente no futuro que não foi criado, mas, não obstante, ser o nosso ponto de partida. As ideias e as soluções que

foram postas e condenadas como ‘subversivas’: elas são o verdadeiro elo entre passado, presente e futuro”. O novo ciclo político que o Brasil vive, sob o governo Lula, nos apresenta a possibilidade de enfrentar as enormes mazelas que vivemos na educação e posicionar a Universidade no centro do projeto nacional de desenvolvimento que aponte para uma educação que seja popular, gratuita, democrática, laica, universal e de qualidade, socialmente referenciada. **Nesse sentido, a UNE lança a sua caravana com objetivo de fortalecer a base do movimento estudantil e promover o debate sobre a Reforma Universitária em cada sala de aula do país.**

Reabrimos o debate sobre o papel e o sentido da universidade brasileira no desenvolvimento social e nacional, sobretudo no enfrentamento às profundas desigualdades que marcam o nosso país para que seja possível incidir no enfrentamento das desigualdades regionais, no compartilhamento de saberes e no diálogo entre as instituições de ensino superior e as comunidades locais. A universidade deve ser orientada a produzir conhecimento voltado à melhoria da vida do povo e atuar socialmente na formação de quadros técnicos, científicos e humanistas numa visão estratégica dedicada a garantir independência nacional, desenvolvimento soberano e emancipação do povo.

Assim sendo, apresentamos a necessidade de uma Universidade da Integração Amazônica que possa, junto a outros países da região, avançar no conhecimento e na relação com sua biodiversidade, seus povos e a partir da ciência e tecnologia, o desenvolvimento sustentável para também fortalecer os laços de integração do Brasil a outros países da América Latina. Nesse sentido, é importante também fortalecer as Universidades que cumprem papel de integração a outros países como a UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) e a UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) que também apresentam um modelo alternativo a este eurocêntrico que criticamos.

Além disso, é preciso avançar em uma regulamentação sobre a propriedade de uso de dados e patentes das Universidades públicas. É necessária a garantia de que a produção científica das universidades seja de seu domínio, e que as grandes corporações não se apropriem desses conteúdos, usando-os de forma irrestrita e a favor de interesses privados. O que é produzido nas Universidades brasileiras deve ser patrimônio do Brasil e servir somente aos seus interesses.

A bandeira por mais recursos para educação é uma luta histórica e, ao mesmo tempo, atual da UNE. Nós, que já conquistamos o compromisso de investimento dos 10% do PIB e do Pré Sal para educação, tivemos que conviver nos últimos 6 anos sob a agenda neoliberal. O teto de gastos e o governo Bolsonaro levaram a uma crise orçamentária das Instituições Federais de Ensino Brasileiras. Mesmo no apagar das luzes, seu governo não deixou de cumprir sua agenda de ataque ao conhecimento, produzindo um atraso no pagamento das bolsas de mais de 100 mil pesquisadores e forçando universidades a encerrarem seu ano letivo mais cedo, o que só foi revertido com a nossa luta.

A participação da UNE no Fórum Nacional Popular de Educação - organizado após a publicação do Decreto da Portaria nº 5777 de 2017 que retirou entidades históricas do movimento educacional do Fórum Nacional de Educação - teve grande importância na defesa contra os ataques à educação em unidade com outras entidades como a CNTE, FASUBRA, CONTEE, ANPED e outras. Agora, com a restituição do Fórum Nacional de Educação nos moldes anteriores ao golpe de 2016, temos a tarefa de conduzir junto às outras entidades da educação um longo debate acerca da Reforma Universitária, do Plano Nacional de Educação que está colocado para o ano de 2024, da construção do Sistema Nacional de Educação, da renovação da Lei de Cotas e da transformação do Plano Nacional de Assistência Estudantil em lei, na graduação e em todos os níveis da educação. A UNE teve também importante participação na articulação do documento apresentado na Conferência Mundial de Ensino Superior (WHEC 2022) junto a entidades do setor educacional como ANDIFES, ABRUC, ABRUEM e CONIF que destacou a importância das Universidades brasileiras estarem a serviço do desenvolvimento nacional.

Com base nesse debate entendemos que o financiamento é parte fundamental para a materialização deste projeto, buscando a superação da crise das universidades públicas. Por todo o país existem muitas Universidades e Institutos Federais que possuem obras inacabadas, prédios em situação de risco e falta de estrutura. Precisamos garantir um fundo de investimento voltado para finalizar as obras e a reforma de prédios que demandem reparos. Para além disso é necessário o investimento na criação de novas instituições de ensino superior públicas para expandir a oferta de vagas no ensino público, investir em mais polos de produção científica e interiorizar ainda essas instituições para que seja revertido em desenvolvimento regional. O REUNI 2.0 deve abarcar também as Universidades estaduais a fim de diminuir a disparidade entre as instituições federais e estaduais.

Assim como a autonomia política e de gestão financeira, a democratização da universidade perpassa, também, pelas políticas de acesso. Por isso, após 10 anos de implementação da lei de cotas, devemos ter na agenda prioritária da UNE a luta pela manutenção e ampliação das políticas afirmativas no país, com a inclusão de todos os programas de pós-graduação e o acesso imediato a políticas de permanência para combater a desigualdade, a exclusão social e o racismo estrutural no sentido de garantir a presença e a representatividade das juventudes em todos os espaços. Defendemos também a implementação de cotas para trans e travestis, já existentes em algumas universidades, em todo o ensino superior público do país. Para isso, a criação de comitês de mobilização em defesa das cotas em todas as universidades do Brasil é fundamental.

Portanto, se faz necessário lutar para garantir a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil como Lei Federal, incluindo estudantes das universidades públicas e privadas, garantindo que as políticas de assistência e permanência estudantil sejam asseguradas do ensino básico a pós graduação e blindá-las de ataques de eventuais governos que queiram, com uma simples canetada. Devemos

lutar pela recomposição do orçamento do PNAES que defendemos que deva ser de 2.5 bi já no próximo ano e que seja aplicado de forma equitativa: as disparidades em como o recurso é aplicado são um problema que gera desigualdades entre as instituições de ensino superior. É nosso papel contribuir sistematicamente para solucioná-lo e transformar o PNAES em lei faz parte desse processo, bem como defender maior investimento no PNAEST para garantir que estudantes da rede de Universidades estaduais tenham mais acesso a políticas de assistência estudantil. É também fundamental que a política de permanência estudantil indígena e quilombola seja garantida através de instrumentos de lei, a Bolsa Permanência não pode se caracterizar apenas em portaria.

Além disso, a universidade brasileira, atualmente ainda estruturada sobre a tríade ensino-pesquisa-extensão, exige que os três elementos estejam em pleno funcionamento para alcançar sua função social e contribuir para o desenvolvimento nacional, devendo ainda estar cada vez mais articulados indissociavelmente a um quarto elemento fundamental à realização da universidade: a permanência. Nesse sentido, é fundamental que haja uma atenção plena à acessibilidade e viabilidade da permanência de PCD's e neurodiversos nas universidades, no sentido de construir uma comunidade acadêmica mais ampla, à imagem e semelhança do Brasil. Para isso, propomos a criação de fóruns permanentes de assistência estudantil em todas as universidades conectados com as demandas e realidade de cada um delas.

Cerca de 20 instituições federais de ensino entre universidades, institutos e centros federais sofreram intervenção no país, ou seja, os reitores nomeados pelo governo federal sem o respaldo da comunidade acadêmica. Diante desse cenário, a UNE protagonizou a luta contra as intervenções nas federais, alcançando inclusive vitórias importantíssimas para a democracia universitária como no IFRN, em que em dezembro de 2020, depois de muita mobilização dos estudantes e uma vitória na justiça, o Reitor eleito foi empossado. A autonomia universitária é um dispositivo garantido pela Constituição assentada no tripé da autonomia financeira, administrativa e liberdade de cátedra. Isto é uma conquista firmada ao longo das centenas de anos de existência de universidades no mundo inteiro, para que o ensino e a pesquisa não sejam submetidas aos governos vigentes e possam, dessa maneira, assegurar seu caráter livre e garantir o progresso e o desenvolvimento econômico e social sob qualquer regime. É bem verdade que essa autonomia sempre enfrentou dificuldades, principalmente pela tradição de os investimentos estarem ligados a uma atribuição discricionária dos governos. Precisamos aproveitar os novos ares democráticos desse ciclo político e acabar de vez com a lista tríplice. Defendemos que seja regulamentado o artigo da constituição que trata sobre autonomia universitária para garantir que o reitor eleito pela comunidade acadêmica seja empossado.

A educação superior é responsável por mais de 80% da ciência produzida no Brasil, através de milhares de estudantes que fazem parte de programas de iniciação científica. De norte a sul do país, temos jovens produzindo ciência da mais alta qualidade, a partir de um dos maiores programas de iniciação científica do mundo, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculado ao

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). No âmbito da extensão universitária, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e o programa de Residência Pedagógica, ambos suportados pela Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES). Ambos os programas sofreram com políticas de desmonte durante os últimos quatro anos. Os bolsistas do PIBID e da Residência Pedagógica ficaram sem receber suas bolsas durante cinco meses em 2021, tendo sido a UNE a responsável por garantir com muita luta nas ruas e no Congresso Nacional o pagamento aos estudantes. Agora, no início desse novo ciclo, conquistamos o reajuste das bolsas de pesquisa que desde 2013 não tinham seus valores aumentados e precisamos garantir também o reajuste das bolsas de fundações estaduais de amparo à pesquisa. Estas ações integram a Política Nacional de Formação de Professores e têm por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando em escolas de educação básica as quais são fortemente afetadas por projetos como a Reforma do Ensino Médio, durante a sua formação, também o projeto Rondon, focado na contribuição de estudantes diretamente em comunidades carentes e isoladas.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica também deve ser foco de nossa atenção, ao passo que completa 15 anos de existência. Com a missão de ampliar, interiorizar e diversificar a educação profissional e tecnológica no Brasil, os IFs têm contribuído de forma decisiva para a democratização e interiorização do ensino superior e técnico no país. Por isso, reforçamos a defesa também de mais investimento para a rede federal para que os IF's possam se enraizar ainda mais e tornarem-se modelos para a educação profissional em todo o país.

Além disso, o Ensino Superior Privado, que concentra cerca de 75% das matrículas no país, merece atenção especial. Apesar da ampliação das políticas de acesso nas universidades públicas, é nas instituições privadas que as camadas populares mais marcam presença, seja pagando altas mensalidades ou através do FIES ou ProUni, programas que, embora tenham possibilitado a democratização do ensino superior, apresentam contradições. Para que estes programas sigam promovendo a transformação social no país a partir da educação, é necessário que a oferta de vagas nessas modalidades pelas universidades seja vinculada a critérios de qualidade aliada à uma ampla fiscalização a fim de verificar as condições e afastar a precarização do ensino. Hastear ainda mais alto a bandeira contra os tubarões da educação - grandes conglomerados formados por grupos educacionais de capital aberto é imperativo para a garantia do ensino ofertado aos estudantes da rede privada. É imperativo, ainda, avançar em uma nova política que estabeleça a proporção entre vagas no ensino superior público e privado, de modo a combater as disparidades existentes e pressionar pela necessária ampliação democrática do ensino superior público, também é preciso combater a compra e venda desenfreada de instituições de ensino ao capital estrangeiro e à grupos especulativos.

Ainda no ensino superior privado, de modo geral, imperam dois principais problemas: a baixa qualidade e as altas mensalidades, que ocasionam altos índices de evasão. Para garantir a existência de critérios de qualidade e de garantia de

direitos aos estudantes, além de uma forte orientação social, é fundamental que a UNE intensifique a luta pela regulamentação das universidades privadas, avançando nas lutas, como o fim dos 40% online em cursos presenciais e os aumentos abusivos de mensalidades.

A UNE historicamente defendeu a bandeira da Reforma Universitária, seja como um processo de modernização da estrutura universitária, tendo como referência um projeto de desenvolvimento, centrado na industrialização do país, seja como uma das “reformas de base” fundamentais no enfrentamento às grandes mazelas sociais provocadas pelo subdesenvolvimento nacional, num processo de transformação radical da sociedade brasileira. Será também tarefa da UNE mobilizar o conjunto das universidades brasileiras para retomar o processo de expansão do ensino superior público, democratizando a estrutura universitária

Hoje a tarefa da UNE é qualitativamente diferente dos debates protagonizados pelas gerações anteriores. É preciso colocar a educação e a universidade brasileira no centro da reconstrução do Brasil, debatendo os grandes temas nacionais que afligem a vida do povo brasileiro, tais como a reindustrialização, o desenvolvimento sustentável, o respeito aos direitos humanos, o enfrentamento à fome, ao analfabetismo, à miséria e à precarização do trabalho. É preciso avançar ainda mais na função social da universidade, afirmando seu papel de combate às desigualdades que assolam nosso país. Do mesmo modo, é preciso retomar o PRONERA, responsável pelo acesso de milhares de camponeses, quilombolas e ribeirinhos de todo o país ao ensino superior. Pautamos a criação de políticas de emprego para que estudantes recém graduados possam acessar o mercado de trabalho a partir de suas áreas de conhecimento, contribuindo para o combate ao desemprego principalmente da juventude, e a “fuga de cérebros” do país. Também é fundamental a revogação da reforma do ensino médio que diminui a qualidade do ensino e aprofunda ainda mais a disparidade entre estudantes da rede pública e privada, e mina o papel da educação com livre pensamento crítico ao reduzir drasticamente a carga horária de disciplinas da área das ciências humanas.

Será também tarefa da UNE mobilizar o conjunto das universidades brasileiras para retomar o processo de expansão do ensino superior público, democratizando a estrutura universitária e colocando-a a serviço do Brasil e do povo brasileiro, formando quadros técnicos, científicos e humanistas numa visão estratégica dedicada a garantir independência nacional e desenvolvimento soberano e emancipação do povo.

Nesse sentido, a gestão eleita da UNE lança no 2º semestre de 2023 uma nova edição de sua caravana para discutir e elaborar a Reforma Universitária que queremos. Com inspiração na UNE Volante realizada em 1962, lançamos um chamado à construção, pela rede do movimento estudantil, de um projeto ousado de mobilização a partir de caravanas que rodarão o Brasil para fortalecer a base do movimento estudantil e debater as reformas necessárias considerando a diversidade e o potencial da educação ao longo do nosso país de extensão continental.

Mais uma vez em seus 85 anos de existência, a UNE se desafia a mobilizar as salas de aula de todo o país em torno da grande bandeira dessa geração. A partir da participação política dos estudantes para construir um movimento estudantil representativo e pulsante, nossa força será a nossa voz, cada vez mais forte e com a cara do povo brasileiro. Queremos no próximo período protagonizar a reconstrução do Brasil, passando pela garra e pelo suor do nosso povo que carrega consigo a esperança de uma sociedade mais justa, igualitária, sem preconceitos, em que a educação acessível a todos é o centro do projeto de nação. Faremos das nossas universidades um exemplo de lutas e de vitórias para o conjunto da população brasileira e a partir delas construir um país soberano e que valorize seu povo.